

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2018

Amorim
AB

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Sociedade Novacâmbios – Instituição de Pagamento, S.A., com sede social na Calçada do Carmo, nº 6 – 1º, em Lisboa, com o capital social de Euros 1.750.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número pessoa colectiva 502 768 711, apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2018.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2018 assistiu-se a uma ligeira melhoria do PIB mundial, 3,9% contra 2,7% em 2017.

O PIB da zona Euro sofreu uma contração para 1,8% (contra 2,5% em 2017) e em Portugal atingiu o valor de 2,1%.

Quanto ao valor da inflação, Portugal teve um abrandamento relativamente à Zona euro que atingiu 1,9% contra 1% no nosso País. Tal ficou a dever-se, entre outros fatores, a:

- Desaceleração do crescimento da Economia Europeia;
- Desaceleração no Investimento: – 30% do que no ano de 2017;
- O consumo privado manteve-se ao nível de 2017;
- Abrandamento no crescimento das exportações (crescimento de 5,3% contra cerca de 10% em 2017).

O desemprego continuou a baixar, atingindo os 6,6% em 2018 (abaixo da média europeia que é de 6,7%).

A saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo e a melhoria generalizada do rating do País junto de todas as Agências, provocaram uma melhoria em 6% na Dívida Pública que se situou em 121,5% pese embora os juros (e não obstante a queda do preço pago pela república) tenha crescido 3,8%.

Relativamente ao mercado financeiro, os juros continuaram a sua trajectória de suave queda.

O euro continuou a depreciar-se face ao USD.

FP

2. A ACTIVIDADE DA EMPRESA

Tendo em consideração o facto de a economia angolana continuar a sofrer fortes desequilíbrios macroeconómicos emergentes da anterior descida do preço do petróleo, as transações originadas neste país não tiveram a intensidade de exercícios anteriores, não dando, pois, os contributos desejados à exploração da sociedade.

Os encargos consequentes da Licença de Exploração da ANA continuaram a determinar negativamente os resultados da empresa, apesar da renegociação do mesmo (€ 1.400.000).

O investimento no novo programa informático teve um contributo significativo nos custos do exercício.

O investimento na moeda electrónica, a cedência de colaboradores à Novacâmbios França e a abertura de novos balcões foram factores que também contribuíram para o aumento de custos com pessoal.

Apesar de todos os formalismos inerentes à operação de fusão da Novacâmbios Portugal com a Realtransfer Portugal terem sido concretizados, contando inclusive com o apoio do Banco de Portugal, o Conselho Geral e de Supervisão da Ultra SGPS, no final de 2017, comunicou a decisão de suspender o processo de fusão. Contudo, e durante o exercício de 2017, foram implementados alguns procedimentos na perspectiva deste processo.

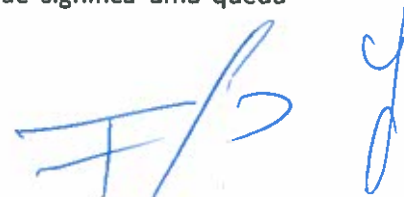
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O valor do activo desce 13% em relação ao ano anterior. As rubricas responsáveis por esta descida são as que representam a liquidez imediata, Valores em Caixa e Instituições de Crédito. O passivo sobe em 35% sendo a dívida à ANA Aeroportos a maior responsável por esta subida.

Relativamente aos resultados de exploração, deve-se constatar que em 2018 o produto bancário cai 38%. Esta queda é um somatório de vários factores; aumento das comissões cobradas pela ANA Aeroportos, queda do mercado Angolano e menos negócio cambial.

Em termos de custos, a variação mais significativa foi a subida dos custos pessoal em 16% comparativamente ao ano anterior.

Os resultados antes de impostos fixaram-se em 2.553.470,98 euros negativos contra o resultado positivo de 125.657,51 euros no ano anterior, o que significa uma queda 2.679.128,49 euros.



4. PERSPECTIVAS DA EXPLORAÇÃO

As manifestações de retoma no mercado angolano seguramente terão efeitos na nossa actividade, quer nos câmbios, quer nas transferências.

O início da venda dos cartões pré-pagos será mais um contributo para o aumento dos proveitos da empresa.

A negociação do contrato global da Ultra SGPS com a MoneyGram, iniciado em finais de 2017, com efeitos já no exercício de 2019, será um importante contributo para a melhoria dos nossos resultados.

O crescimento da economia portuguesa, com crescente atractividade imigrante e a continuação de forte fluxo turístico são factores que nos levam a prever o crescimento da exploração da sociedade em 2019.

Assume uma importância decisiva do ponto de vista económico e financeiro a negociação do pagamento do PMGA do 5º ano e último da Licença de Exploração da ANA, assim como as condições para o prolongamento do mesmo até 2021.

5. DO "COMPLIANCE"

O ano de 2018 constituiu um desafio para o Departamento de Compliance da NovaCâmbios.

Para além das actividades, ordinariamente desenvolvidas:

- a) Realização da normal actividade de verificação do cumprimento normativo;
- b) Análise diária das Operações realizadas, nas várias Agências da NovaCâmbios;
- c) Participação na realização de Auditorias às Agências, conjuntamente com a Unidade de Auditoria Interna;
- d) Participação na realização de Acções de Formação, nas Áreas de Compliance e de Fraude ao Consumidor;
- e) Organização das referidas Acções de Formação, a nível nacional, com integração no plano de formação das diversas áreas que permitam aos Colaboradores um melhor desempenho, nas áreas de: Atendimento, Procedimentos; Segurança de Pessoas e Bens; Medidas de Autoprotecção; Segurança Informática; Back Office e outras;
- f) Auditoria à própria Área de Compliance, realizada pela DFK, cujo resultado foi transmitido à Administração;



- g) Participação activa com respostas, em tempo útil, às diversas solicitações do grupo de trabalho no desenvolvimento do Sistema NR,

ao que acresceu o grande desafio:

- h) a resposta a cinco Cartas Circulares do Banco de Portugal e ainda várias respostas, a *solicitações avulso*, como por exemplo esclarecimentos solicitados por telefone.

De modo a melhor explicar o trabalho desenvolvido importará referir que:

- i) o trabalho desenvolvido para resposta às Cartas Circulares do Banco de Portugal, teve início em Maio de 2018 e terminou, efectivamente, em 31 JAN 2019;
- j) grande parte do trabalho para as respostas levou à interacção com outros departamentos, por necessidade absoluta, o que obrigou os vários departamentos a uma conciliação de horários e planificação de trabalho;
- k) a nossa acção no Plano Anual de Formação concretizou-se com a realização de 9 Acções de Formação, quatro delas no zona Norte, num total de 72 presenças;
- l) Por fim uma atenção à carta do Banco de Portugal, com a Ref. CRI/2018/00034174, datada de 21DEZ18, de onde é possível recolher o excerto:
"... o Conselho de Administração do Banco de Portugal, reunido em 18/12/2018, deliberou conceder à NovaCâmbios – Instituição de Pagamento SA nova autorização e registo ... por não terem sido detectadas insuficiências relevantes ...".

Com o recebimento da carta antes identificada foram solicitadas outras informações, que, em cumprimento do prazo determinado, foram respondidas a 31JAN19.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido no valor de euros -2.048.605,47, seja transferido para a conta de resultados transitados.

7. RECONHECIMENTO

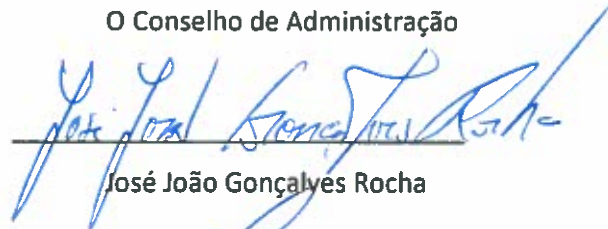
Queremos agradecer penhoradamente a todas as entidades e a todos aqueles que, no decurso do exercício connosco colaboraram:



- À Caixa Económica Montepio Geral, S.A.
- Ao acionista Montepio Geral Associação Mutualista
- Ao acionista Ultra SGPS, S.A.
- Aos parceiros e correspondentes das diversas geografias
- Aos nossos colaboradores pelo esforço e abnegação que dedicaram à empresa
- Aos restantes órgãos sociais pela disponibilidade que sempre demonstraram

Lisboa, 17 de Maio de 2019

O Conselho de Administração



José João Gonçalves Rocha



Francisco Rodrigues de Mascarenhas Santos

BALANÇO

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte : Individual - NIC

Ano : 2018

Mês : Dezembro

Notas	Ano - Actividade Global			
	Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Ano anterior
	1	2	3 = 1 - 2	4
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	2.028.177,79	2.028.177,79	3.131.571,94
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	2	457.212,28	457.212,28	169.792,43
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3	18.082,98	18.082,98	17.641,65
Aplicações em instituições de crédito	4	340.000,00	340.000,00	340.000,00
Outros Ativos tangíveis	5	1.939.205,62	908.367,84	1.169.888,94
Ativos intangíveis	6	23.075,00	5.025,00	18.050,00
Ativos por impostos correntes	7	3.650,56	3.650,56	
Ativos por impostos diferidos	7	714.222,26	714.222,26	176.943,08
Outros Ativos	8	2.275.755,05	2.275.755,05	2.741.840,04
Total de Ativo		7.799.381,54	6.885.988,70	7.747.678,08
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	9		735.000,00	500.000,00
Passivos por impostos correntes	7		32.413,67	33.816,87
Outros passivos	10		2.672.682,17	1.719.362,88
Total de Passivo			3.440.095,84	2.253.179,75
Capital				
Capital	11		1.750.000,00	1.750.000,00
Outras reservas e resultados transitados	12		3.744.498,33	3.652.657,69
Resultado do exercício			-2.048.605,47	91.840,64
Total de Capital			3.445.892,86	5.494.498,33
Total de Passivo e Capital			6.885.988,70	7.747.678,08

O Responsável pela Contabilidade

Rui Miguel Soares da Silva
Rui Miguel Soares da Silva
Contabilista Certificado Nº 91456

O Conselho de Administração

Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos
José João Gonçalves Rocha
Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Ano :

2018

Base de reporte : Individual - NIC

Mês :

Dezembro

Valores em Euros

	Notas / Quadros Anexos	Ano	Ano Anterior
Juros e rendimentos similares	13	864,17	
Juros e encargos similares	13	18.169,62	3.515,63
Margem Financeira		-17.305,45	-3.515,63
Rendimentos de serviços e comissões	14	1.346.226,55	1.703.845,33
Encargos com serviços e comissões	15	2.840.955,85	2.050.630,81
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	16	5.342.473,64	5.823.671,87
Outros resultados de exploração	17	-239.062,70	159.665,89
Produto bancário		3.591.376,19	5.808.169,10
Custos com pessoal	18	3.736.068,42	3.210.996,41
Gastos gerais administrativos	19	2.213.639,93	2.257.414,77
Amortizações de exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	20	195.138,82	214.100,41
Resultado antes de impostos		-2.553.470,98	125.657,51
Impostos			
Correntes	21	32.413,67	33.816,87
Diferidos	21	-537.279,18	
Resultado após impostos		-2.048.605,47	91.840,64
Resultado líquido do exercício		-2.048.605,47	91.840,64

O Responsável pela Contabilidade

Rui Miguel Soares da Silva

Rui Miguel Soares da Silva
Contabilista Certificado N° 91456

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José João Gonçalves Rocha

Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Ano : 2018

Base de reporte : Individual - NIC

Mês : Dezembro

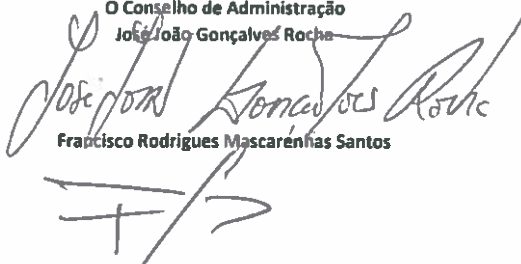
	Ano	Ano Anterior
Actividades Operacionais		
Recebimentos de comissões	1.346.226,55	1.701.414,18
Pagamento de comissões	-2.840.955,85	-2.228.820,10
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-5.949.708,35	-6.142.013,31
Resultados de reavaliação cambial	5.342.473,64	5.823.671,87
Caixa gerada pelas operações	-2.101.964,01	-845.747,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-571.096,05	814.223,84
Outros recebimentos/pagamentos	1.363.535,35	-284.856,37
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	-1.309.524,71	-316.379,89
Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	234.697,76	242.158,00
Activos intangíveis	23.075,00	
Investimentos financeiros		
Outros activos		
	257.772,76	242.158,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Dividendos		
	0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	-257.772,76	-242.158,00
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	235.000,00	160.000,00
Juros e rendimentos similares	864,17	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
		302.474,00
	235.864,17	462.474,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	18.169,62	3.515,63
Gratificações de Balanço		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	18.169,62	3.515,63
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	217.694,55	458.958,37
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.349.602,92	-99.579,52
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.301.364,37	3.400.943,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.485.390,07	3.301.364,37
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	533.628,62	0,00

O Responsável pela Contabilidade


Rui Miguel Soares da Silva
Contabilista Certificado Nº 91456

O Conselho de Administração

João João Gonçalves Rocha


Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos

NOVACÁMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2018 Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

	1	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Capital realizado	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados		
Posição no Início do Período 2018			1.750.000,00	0,00	652.394,32	3.189.608,01	-189.344,64	91.840,64	5.494.498,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Ajustamentos por impostos diferidos	2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-2.048.605,47	-2.048.605,47
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3							-2.048.605,47	-2.048.605,47
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Outras operações - Aplicação Resultados Exercício Anterior	5		0,00	0,00	0,00	0,00	91.840,64	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	91.840,64	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2018	6 = 1 + 2 + 3 + 5		1.750.000,00	0,00	652.394,32	3.189.608,01	-97.504,00	0,00	3.445.892,86

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 14 de Maio de 2019

O Responsável pela Contabilidade

M. Miguel Soares da Silva

Miguel Soares da Silva

Contabilista Certificado Nº 91456

O Conselho de Administração

Francisco Rodrigues Muzarembas Santos

José João Gonçalves
José João Gonçalves

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

**Anexo ao Balanço e à Demonstração
de Resultados**

31 de Dezembro de 2018

(Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)

Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31/12/2018

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Em Junho de 2012 a sociedade alterou a sua designação social para NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A., e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento já em 2013.

No exercício de 2018 as principais atividades desenvolvidas pela NovaCâmbios foram a compra e venda de moeda estrangeiras, a realização de operações de envios e pagamentos de fundos e a compra de cheques de viagem.

As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agentes doutras Instituições de Pagamentos mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da empresa.

I – Comparabilidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis com as demonstrações do exercício anterior.

II - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras - Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

A Empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.



b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2018 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídios de férias, bem como os respectivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.



Three handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom right of the page.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

III – Principais políticas contabilísticas

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".



4

c) Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

d) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

f) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

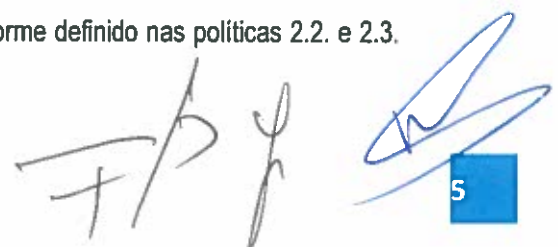
Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

g) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3.



Handwritten signatures and a blue square with the number 5.

acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

h) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

i) Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'F/S' and a stylized signature.

j) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

IV – Impostos

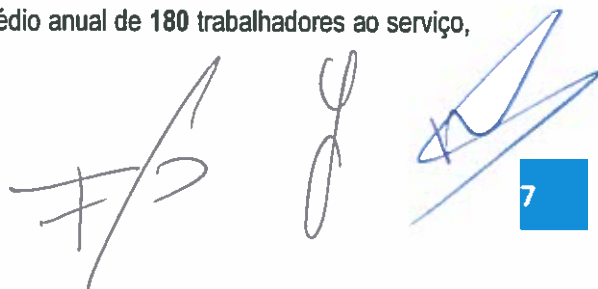
A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

V - Número médio de pessoas ao serviço

Durante o ano de 2018, a empresa teve um efectivo médio anual de 180 trabalhadores ao serviço, enquanto em 2017 foram 170.



Three handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'F/S', the second is a cursive signature, and the third is a more complex signature.

1. Caixa

Em 31 de Dezembro de 2018, o saldo da conta de caixa era de **2.028.177,79**.

Caixa	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Caixa - Moeda Nacional	1.132.250,00	1.760.324,48
Caixa - Moeda Estrangeira	895.927,79	1.371.247,46
TOTAL	2.028.177,79	3.131.571,94

2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2018, o saldo da conta de disponibilidades em outras instituições de crédito era de **457.212,28**.

Instituições de Crédito	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Depósitos à Ordem Moeda Nacional	433.205,68	146.904,40
Depósitos à Ordem Moeda Estrangeira	24.006,60	22.888,03
Total em Bancos Nacionais	457.212,28	169.792,43

3. Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor

A 31 de Dezembro de 2018, o saldo nos Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor era de **18.082,98**. O valor corresponde ao Fundo de Compensação de Trabalho na íntegra. O valor são as UP's da empresa, 16.575,77, à cotação de 31 de Dezembro de 2018, 1,06667.

4. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2018, o saldo da conta de Aplicações em Instituições de Crédito era de **340.000,00**.

Valor Depositado no Montepio Geral e com duração de um ano.

5. Ativos tangíveis

Referente aos Ativos Tangíveis:

Ativos Tangíveis	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Valor Bruto	1.939.205,62	2.949.211,96
Amortizações Acumuladas	908.367,84	1.779.323,02
Valor líquido em 31.12	1.030.837,78	1.169.888,94
Amortizações do Exercício	192.113,82	211.737,84
Abate Totalmente Amortizado	1.264.156,75	9.000,00
Abate Não Totalmente Amortizado	185.048,60	
Regularização entre Ativo Tangível e Intangível	18.000,00	
Aquisições do Exercício	256.112,26	242.158,00



6. Ativos Intangíveis

Referente aos Ativos Intangíveis:

Ativos Intangíveis	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Valor Bruto	23.075,00	120.227,73
Amortizações Acumuladas	5.025,00	120.227,73
Valor líquido em 31.12	18.050,00	0,00
Amortizações do Exercício	3.025,00	2.362,57
Regularização entre Ativo Tangível e Intangível	18.000,00	
Aquisições do Exercício	3.075,00	0,00

7. Ativos por Impostos Corrente e Diferidos, Passivos por Impostos Corrente

O montante estimado de impostos sobre os lucros referente ao exercício de 2018 é de - 504.426,88€. Resultante de um Imposto corrente de 32.852,30€ e de um imposto diferido por prejuízo fiscal de 537.279,18 €

Durante o ano de 2018 a empresa efetuou os seguintes pagamentos por conta pagamentos por conta.

IRC - Pagamentos por Conta	3.434,52€
IRC - Retenções na Fonte	216,04€
TOTAL	3.650,56€

Imposto sobre os lucros de 32.413,67 € é resultante de Tributações autónomas, sendo assim estes activos não poderão ser descontados ao valor a pagar.

Em 2018 a empresa reconheceu um Ativo Diferido referente ao prejuízo fiscal desse ano. O Prejuízo fiscal ascendeu a 2.558.472,29 € que aplicando uma taxa de 21% dá o valor de 537.279,18 €. O valor apresentado serve de memória e de reconhecimento contabilístico. Este ajustamento foi feito devido à expectativa de vir a ter lucros para recuperar os montantes em causa.



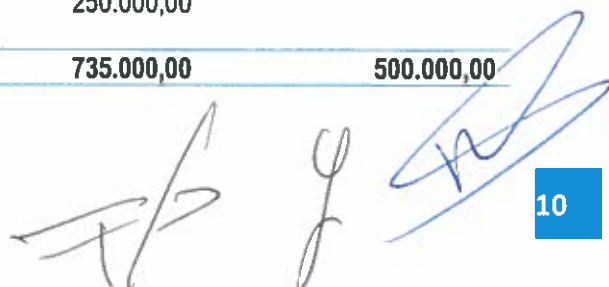
8. Outros Ativos

Outros Ativos	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Outros Ativos:		
Conta 31 - Devedores de Outras Aplicações	1.593.305,28	2.077.355,44
Devedores por Processos Judiciais	173.376,79	173.376,79
- Processo – 111/08.4	16.780,69	16.780,69
- Processo – 880/14.2	550,00	550,00
- Processo – 221/17.7	152.548,10	152.548,10
- Processo – 1038/17	3.498,00	3.498,00
Outros Devedores - Valores a receber	172.636,37	949.954,05
- Nacionais	151.447,75	904.882,85
- Estrangeiros	21.188,62	45.071,20
Outros Devedores - Valores a receber	1.247.292,12	954.024,60
TRANSFERÊNCIAS DE VALORES		
- MoneyGram	29.061,76	28.932,39
- RealTransfer Portugal	35.042,42	0,00
- Goo Transfer	0,00	19.216,66
- NC Angola	1.109.171,32	859.472,24
- NC Namibia	1.036,65	10.319,31
- BCI	28.918,34	36.084,00
- PFS	44.061,63	0,00
Conta 33 - Rendimentos a Receber	10.486,38	10.001,08
- Euronet – ATM's	10.486,38	10.001,08
Conta 34 - Despesas com Encargo Diferido	557.309,06	562.357,57
- Credores e outros recursos	15.589,21	10.858,06
- Seguros	9.989,36	15.616,25
- Rendas	131.730,49	135.883,26
- Caução Euronet	400.000,00	400.000,00
Conta 54 – Outras Contas de regularização	114.654,33	92.125,95
- Operações Ativas a regularizar	107.663,30	87.427,10
- Outras contas a regularizar – Falhas	6.991,03	4.698,85
TOTAL	2.275.755,05	2.741.840,04

9. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2018, o montante registado era de **735.000,00** referente a recursos obtidos pelas seguintes instituições de crédito:

Recursos de OIC	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Banco Montepio Geral – Conta Caucionada	485.000,00	500.000,00
Banco BIC – Conta Caucionada	250.000,00	
TOTAL	735.000,00	500.000,00



10. Outros Passivos

Outros Passivos	Exercício de 2017	
Conta 51 – Credores e Outros Recursos	1.626.017,26	930.364,47
Credores ao Sector Público Administrativo	95.638,44	96.978,01
- Retenções de Impostos na fonte	31.419,96	41.602,35
- Contribuições para a Segurança Social	64.218,48	55.375,66
Cobranças de Terceiros	0,00	419,42
- Penhora de Vencimentos	0,00	419,42
Credores Diversos	1.530.378,82	832.966,94
- Credores - Fornecedores Residentes	777.721,44	226.170,77
- Credores - Estrangeiros	0,00	492,82
- Outros Credores	10.661,97	11.154,03
- Outros Credores - TRANSFERÊNCIAS DE VALORES	537.389,69	388.340,10
- MoneyGram	32.947,47	0,00
- RealTransfer	503.762,63	388.160,51
- NCAngola	179,59	179,59
- Outros Credores - Valores a pagar a Clientes	205.105,72	206.809,22
- NCPortugal	600,00	0,00
- Goo Transfer	105.786,97	105.675,13
- NCAngola	98.718,75	101.134,09
Conta 52 – Encargos a pagar	985.408,35	715.007,48
- Férias, Subs. de Férias, Enc. Sociais	313.317,13	173.435,72
- Ordenados a pagar	558,69	3.391,48
- Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar	627,28	4.758,61
- Outros encargos a pagar	24.572,96	89.616,06
- Outros encargos a pagar ANA-Aeroportos	646.332,29	443.808,61
Conta 53 – Receitas com Rendimento Diferido	53.999,99	70.000,00
- Receitas com Rendimento Diferido - MoneyGram	53.999,99	70.000,00
Conta 54 – Outras Operações a Regularizar	7.256,57	3.991,03
- Sobras de Caixa		3.991,03
TOTAL	2.672.682,17	1.719.362,88

11. Capital

Em 31 de Dezembro de 2018, o capital social, de 1.750.000 encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

As entidades com mais de 20% do Capital da Nova Câmbios são as seguintes:

- ULTRA – SGPS, SA	69,94%
- Montepio Geral – Associação Mutualista	30,00%



12. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e Resultados Transitados	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Reserva Legal	652.394,32	652.394,32
Reservas Livres	3.189.608,01	3.189.608,01
Resultados Transitados	(97.504,00)	(189.344,64)
TOTAL	3.744.498,33	3.652.657,69

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 26 de abril de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com um resultado líquido 91.840,64 euros, tendo sido deliberado que fosse transferido a totalidade para Resultados Transitados.

13. Juros e Encargos Similares

Os custos desta natureza, em 2018, foram os seguintes:

Juros e Encargos Similares	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Juros de Empréstimos	0,00	0,00
Juros de Conta Corrente Cauçionada	2.318,10	3.515,63
Juros de Fornecedores	15.851,52	0,00
TOTAL	18.169,62	3.515,63
Juros e Rendimentos Similares	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Juros de Empréstimos	864,17	0,00
TOTAL	864,17	0,00
MARGEM FINANCEIRA	-17.305,45	-3.515,63

14. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2018 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Transferência de Valores	862.706,42	1.264.068,63
Comissões na Compra e Venda de Moeda	271.491,95	238.561,17
Comissões por Operações em ATM - Euronet	196.457,51	201.215,53
Outras Comissões	15.562,67	0,00
TOTAL	1.346.226,55	1.703.845,33



15. Encargos com serviços e comissões

COMISSÕES	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Comissões por Garantias Bancárias	41.029,89	31.906,86
Comissões por operações bancárias	69.118,75	47.100,62
Comissões da ANA-Aeroportos	2.643.898,92	1.806.486,04
Outras Comissões	86.908,29	165.137,29
TOTAL	2.840.955,85	2.050.630,81

16. Resultados de Reavaliação Cambial

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de 5.342.473,64.

Resultados de Reavaliação Cambial	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Ganhos em Operações Financeiras	5.377.724,20	5.853.425,49
Perdas em Operações Financeiras	35.250,56	29.753,62
Margem de Operações Financeiras	5.342.473,64	5.823.671,87
Margem em Notas	5.256.570,49	5.527.800,91
Margem nas Transferências de Dinheiro	(1.839,61)	83.971,70
Margem em Divisas	78.454,68	211.899,26
Outras Diferenças Cambiais	(711,92)	
Margem Total	5.342.473,64	5.823.671,87



17. Outros Resultados de Exploração

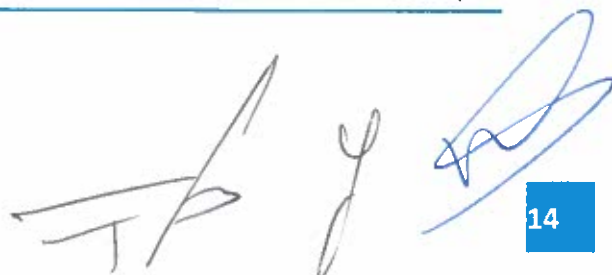
Em 31 de Dezembro de 2018, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

Outros Resultados de Exploração	Exercício de 2018	Exercício de 2017
- Outros Encargos e Gastos Operacionais	241.950,06	23.279,39
- Outros Impostos	1.562,32	5.976,14
- Outros Rendimentos e Receitas	4.449,68	188.921,42
Outros Resultados de Exploração	(239.062,70)	159.665,89
Conta 72 - Outros Encargos e Gastos Operacionais	241.950,06	23.279,39
- Quotizações e Donativos	12.717,18	12.712,89
- Outros Encargos e Gastos	229.211,97	2.864,13
- Falhas Perdoadas	0,00	0,00
- Multas e Outras Penalidades	20,91	7.702,35
Conta 75 - Outros Impostos	1.562,32	5.976,14
- Imposto do Selo s/ Transferências	63,28	4.314,96
- IUC-Imposto Único de Circulação	486,52	523,71
- IMI-Imposto Municipal sobre Imóveis	307,69	102,06
- Taxas	704,83	1.035,41
Conta 84 - Outros Rendimentos e Receitas	4.449,68	188.921,42
- Reembolso de Despesas	668,91	2.600,24
- Reembolso de Subsídio de Baixa de Pessoal	3.780,77	15.790,85
- Outros Rendimentos e Receitas	0,00	170.530,33

18. Custos com Pessoal

Os custos com pessoal em 2018 tem a seguinte composição:

CUSTOS COM PESSOAL	Exercício de 2018	Exercício de 2017
- Remunerações	2.409.544,38	1.891.973,38
- Gratificações de Aniversário e Nascimento	0,00	8.872,73
- Encargos Sociais s/ Remunerações	529.242,07	474.633,72
- Cedência de Pessoal	474.146,78	256.693,37
- Fundo de Compensação de Trabalho	1.595,56	473,76
- Subsídio de Refeição	216.791,61	212.902,34
- Subsídio de Férias e Subsídio de Natal	420.579,99	114.884,46
- Subsídio de Transporte	50.479,38	44.271,58
- Seguro de Acidentes de Trabalho	22.558,26	26.123,93
- Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	5.661,02	15.985,55
- Seguro de Saúde	315,82	25.509,15
- Seguro de Viagem	2.687,50	0,00
- Indemnizações Contractuais	15.608,84	61.880,01
- Outros Custos com o Pessoal	7.437,20	22.490,92
TOTAL	3.736.068,42	3.210.996,41



19. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de Dezembro de 2018, os gastos gerais administrativos totalizaram 2.213.639,93, repartindo-se da forma a seguir indicada:

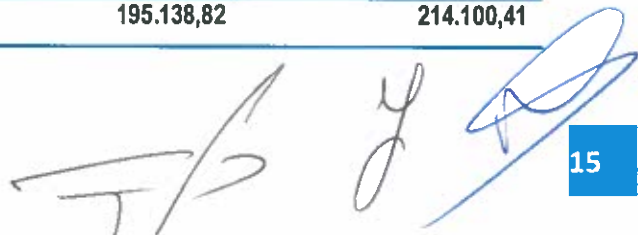
GASTOS GERAIS - FORNECIMENTOS	Exercício de 2018	Exercício de 2017
- Água, Energia e Combustível	86.726,82	79.682,28
- Material de Consumo Corrente	13.293,93	19.416,11
- Material para Assistência e Reparações	55.431,71	29.353,96
- Publicações	108,00	108,00
- Material de Higiene e Limpeza	3.472,71	7.100,01
- Outros Fornecimentos	2.410,76	454,26
TOTAL	161.443,93	136.114,62

GASTOS GERAIS - SERVIÇOS	Exercício de 2018	Exercício de 2017
- Rendas, Cedências de Espaços e Condomínios	1.112.533,62	1.043.630,38
- Alugueres	68.305,20	45.283,43
- Comunicações	76.639,27	107.311,59
- Deslocações e Estadas no País	28.003,27	31.361,89
- Ajudas de Custo no País	6.653,34	2.075,00
- Despesas de Alojamento	10.946,49	14.662,20
- Deslocações e Estadas no Estrangeiro	59.852,22	91.214,55
- Ajudas de Custo no Estrangeiro	85.585,00	92.395,00
- Despesas de Representação	15.658,69	29.073,57
- Edição de Publicações	735,54	3.360,15
- Brindes	28.541,10	35.478,81
- Publicidade	110.684,08	50.085,20
- Patrocínios	8.971,50	9.750,00
- Conservação e Reparação	65.490,73	41.508,84
- Transportes	2.312,13	11.449,31
- Formação Profissional	1.625,50	8.387,17
- Seguros	17.906,43	17.573,67
- Avenças e Honorários	112.074,90	221.586,71
- Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	0,00	70,00
- Serviços Informáticos	108.367,38	145.649,05
- Vigilância e segurança	58.700,16	41.545,27
- Serviços de Limpeza	37.900,18	35.484,81
- Outros Serviços de Terceiros	34.709,27	42.363,55
TOTAL	2.052.196,00	2.121.300,15

20. Amortizações do Exercício

Durante o exercício de 2018, foram efetuadas as seguintes Amortizações do Activo Intangível e Tangível:

AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES	Exercício de 2018	Exercício de 2017
- Amortizações de Ativos Intangíveis (Incorpóreo)	3.025,00	2.362,57
- Amortizações de Ativos Tangíveis (Corpóreo)	192.113,82	211.737,84
TOTAL	195.138,82	214.100,41



21. Resultado Líquido do Exercício

Em 31.12.2018 a sociedade apresentou um resultado líquido de **-2.049.044,10 €**
No entanto nos últimos três anos a sociedade apresentou os seguintes resultados:

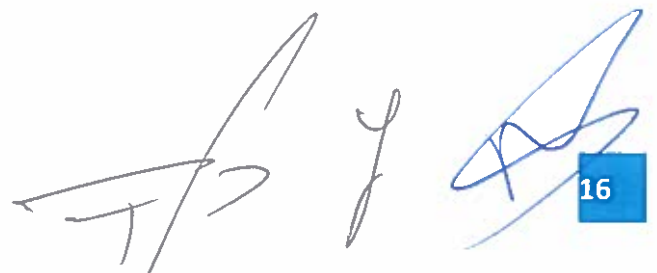
Exercício de 2018		Exercício de 2017		Exercício de 2016	
Resultado Líquido	-2.048.605,47	Resultado Líquido	91.840,64	Resultado Líquido	-594.892,26
Resultado Antes de Impostos	-2.553.470,98	Resultado Antes de Impostos	125.657,51	Resultado Antes de Impostos	-537.328,83
Resultado Fiscal - Matéria Coletável	-2.558.472,29	Resultado Fiscal - Matéria Coletável	-287.973,69	Resultado Fiscal - Matéria Colectável	-842.586,10
Imposto Corrente	-504.865,51	Imposto Corrente	33.816,87	Imposto Corrente	57.563,43
Imposto Diferido	-537.279,18	Imposto Diferido	-	Imposto Diferido	-176.943,08(*)
IRC a pagar	32.413,67	IRC a pagar	33.816,87	IRC a pagar	57.563,43

(*) o valor de imposto diferido do exercício de 2016 foi registado em 2017.

22. Compromissos e Contingências

Em 31.12.2018 a sociedade têm as seguintes garantias bancárias:

Banco	Loja	Valor
Montepio	Nova Arcada	23.259,69
	Aeroportos	955.882,00
	Amoreiras	60.164,92
	S.Bento/Quiosque	10.332,00
	Monte Abraão	7.859,90
	Mercês	2.903,09
	Cacém	2.774,65
	Amadora	2.682,16
	Aveiro 2	12.000,00
	Braga	13.500,00
	Gare do Oriente	31.487,66
	Cascais Shopping	53.809,82
	Coimbra	17.026,55
	Conta Cauçionada	485.000,00
BIC	Colombo 1	133.353,36
	Colombo 2	44.116,00
	Arrábida Shopping	32.616,64
	Norte Shopping	66.676,00
	Conta Cauçionada	250.000,00
		2.205.444,44



23. Partes Relacionadas

Movimentos efectuados entre empresas do Grupo - 2018

Empresa	Saldo a 31-12-2017	Varição	Saldo a 31-12-2018	Custos	Proveitos
NC Namíbia	10.319,31	- 9.282,66	1.036,65	-	-
NC Cuba	12.813,62	8.375,00	21.188,62	-	-
RT Portugal	388.160,51	- 856.332,97	468.172,46	-	328.310,71
NC Angola	868.030,00	241.141,32	1.109.171,32	31.689,90	63.911,12
Ultra SGPS	836.618,43	- 686.618,43	150.000,00	-	-
Ultra Serviços	68.168,72	- 56.756,48	124.925,20	732.188,84	-
Ultra Viagens	3.974,49	8.012,49	4.038,00	77.148,67	-
NC França	60,00	- 60,00	-	-	-
Ultra Serve	135,93	- 135,93	-	-	-

24. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

25. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2018.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Lisboa, 14 de Maio de 2019

O Responsável pela Contabilidade



Rui Miguel Soares da Silva

Contabilista Certificado N.º 91456

O Responsável pela Gestão



José João Gonçalves Rocha



Francisco Rodrigues Mascarenhas Santos



NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2018

A blue handwritten signature or mark, possibly initials, located in the bottom left corner of the page.

Lisboa Rua Ferreira Lapa, n.º 16-B | 1150-158 Lisboa - Portugal | T. +351 213 243 490 | F. +351 213 420 148 | dfk.lisboa@dfk.com.pt
Faro Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23-A | 8000-334 Faro - Portugal | T. +351 289 805 544 | F. +351 289 801 330 | dfk.faro@dfk.com.pt

www.dfk.pt

DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. | NIPC e Matriculada na CRC de Lisboa | 504012681 | Capital Social de Euros 400 000 € | Inscrição na OROC n.º 149
| Inscrição na CMVM n.º 2016 1460

An independent member firm of DFK International



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de 6.885.989 euros e um total de capital próprio de 3.445.454 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.049.044 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), conforme a Instrução N.º 18/2005 do Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;





- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística adotada em Portugal para Pequenas Entidades através do Sistema de Normalização Contabilística;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de maio de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Manuel Lázaro Oliveira Brito', written over a horizontal line.

**Manuel Lázaro Oliveira Brito em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2018, a atividade da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 20 de maio de 2019

O FISCAL ÚNICO



Manuel Lázaro Oliveira Brito em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda